



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 28 de janeiro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS SRTE investiga situação dos trabalhadores nos campos da Embrapa em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Sudam injetou R\$ 1,8 bilhão em projetos para o Polo Industrial de Manaus	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Dilma e o Amazonas	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Temas de melhorar a comunicação na Amazônia'	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO "Motopeças" pede barreiras para importação	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Em 2011, Sudam aprovou isenção de R\$ 1,8 bilhão em IR no Amazonas	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM O governo foi o responsável pela expansão do crédito	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Em Davos, um Brasil na contramão	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO SRTE investiga situação dos trabalhadores nos campos da Embrapa em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Superintendência do Trabalho apura se situação remete ao Código Penal Brasileiro.

Manaus - Na semana em que se comemorou o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi registrada a situação de maus-tratos de trabalhadores do campo experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) **Amazônia** Ocidental, a 54 quilômetros de **Manaus**, na BR-174. Cárcere privado, desvio de função e punições irregulares foram algumas das denúncias de trabalhadores contratados pela instituição federal.

“Se confirmada tais irregularidades, caracteriza-se trabalho análogo ao escravo”, avalia o **Superintendente** Dermilson Chagas, da **Superintendência Regional** do Trabalho (SRTE/AM). O **Superintendente** explica que o trabalho é considerado análogo ao escravo quando o trabalhador é submetido a um conjunto de fatores, como falta de registro profissional, sem direito a transporte, além de carga de trabalho exaustiva e falta de treinamento adequado para assumir determinada função.

De acordo com Chagas, há dois fatores determinantes nos casos análogos ao trabalho escravo, como a localização e o grau de conhecimento dos trabalhadores. “Os lugares mais isolados, no meio do interior do **Amazonas** de difícil acesso são mais propícios”, observa. “O grau de escolaridade dos trabalhadores, que muitas vezes se sujeita à condição de trabalho por desconhecer seus direitos e pela necessidade de sobrevivência”, ressalta, acrescentando que no setor primário, como agricultura, é mais incidente.

O presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e **Desenvolvimento** Agropecuário (Sinpaf), Vicente Almeida, acredita que no Norte do País é mais frequente ter trabalho análogo ao escravo, pela falta de atuação do Estado. “As políticas públicas são menos efetivas e acabam acobertando o trabalho escravo”, disse.

Casos

Em cinco anos, a **Superintendência Regional** do Trabalho (SRTE/AM) registrou no **Amazonas** três casos de

trabalho análogo à escravidão. Dois em 2010 e um ano passado.

O primeiro deles foi dos trabalhadores chineses, que foram resgatados na empresa Cifec, indústria de compensados, no **Distrito Industrial**, zona sul de **Manaus**. De acordo com a assessoria de imprensa da SRTE, os trabalhadores não recebiam seus salários desde abril de 2008. Eles haviam feito um acordo com a empresa para receberem US\$ 10 mil por ano, mas receberam apenas US\$ 2 mil em dois anos de trabalho. Tudo teria sido realizado sem contrato e apenas acertos verbais, descaracterizando a relação de trabalho legal. “A pena para esse tipo de crime varia de dois a oito anos de reclusão, segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB)”, explicou o **Superintendente** Dermilson Chagas.

Em setembro de 2010, o órgão resgatou 11 trabalhadores que estavam atuando também em regime análogo à escravidão, em um gleba de terra situada na zona rural de Lábrea (a 702 quilômetros a sudoeste de **Manaus**).

“A ação resultou no pagamento de R\$ 18 mil em verbas rescisórias e por dano moral individual, efetuado na sede do **Ministério** Público do Trabalho (MPT) em Rondônia”, relatou Chagas.

Por último, a SRTE resgatou 42 trabalhadores que tiveram os contratos de trabalhos rescindidos e obtiveram além das verbas rescisórias valores arbitrados a títulos de dano moral individual. Ao todo, os fazendeiros desembolsaram quase R\$ 260 mil, onde foram pagos em verba rescisória mais de R\$ 140 mil e R\$ 115 mil de danos morais individuais. Outros 48 empregados das duas propriedades rurais tiveram a regularização dos seus contratos de trabalho e permaneceram nas fazendas.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Sudam injetou R\$ 1,8 bilhão em projetos para o Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

28 Jan 2012 . 01:00 h . Beatriz Gomes .
portal@d24am.com

Destaque foi para a 'Cruiser Marine' que vai produzir embarcações de fibra de vidro.

Manaus - A **Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia** (Sudam) aprovou, na sexta-feira (27), 54 projetos para 22 empresas beneficiadas com redução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) no **Amazonas**. Ao longo de 2011, a Sudam concedeu incentivos fiscais a 89 projetos que totalizaram um volume de R\$ 1,8 bilhão em renúncia. Em 2010, esse volume chegou a R\$ 1,4 bilhão.

Esses recursos serão investidos no **Amazonas** para a implantação e diversificação do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

Para a **Amazônia Legal**, que inclui todos os Estados da Região Norte mais Mato Grosso e Maranhão, foram aprovados 151 projetos que somam investimentos totais de R\$ 3,2 bilhões. Em 2010, o montante de benefícios para a **Amazônia Legal** foi de R\$ 2,9 bilhões.

Os benefícios concedidos pela Sudam correspondem a 75% de isenção no IRPJ e o reinvestimento dos 25% restantes na compra de máquinas e equipamentos.

Segundo o **Superintendente** da Sudam, Djalma Mello, o montante de benefícios retorna ao Estado na forma de investimentos, renda e geração de empregos.

Entre os 54 projetos destaca-se o da Cruiser Marine para a implantação de uma fábrica de embarcações de fibra de vidro que deve produzir cerca de 30 embarcações ao ano.

Segundo a assessoria de comunicação da Sudam, a fábrica vai gerar 55 empregos diretos e a renúncia do **Governo Federal** será de R\$ 7,16 milhões no período de dez anos (2012 a 2021).

Concurso público

O **Superintendente** afirmou que aguarda a aprovação do pedido da Sudam para a realização de concurso público pelo **Ministério** da Integração Nacional. Ainda não há previsão de realização, porém o **Superintendente** espera que o quadro atual de 159 pessoas lotadas na sede em Belém (PA) passe para 350 funcionários. "Por ser um órgão de **desenvolvimento**, o ideal é que sejam 70% de candidatos de nível Superior e 30% de nível Médio", afirma Mello.

Entre as funções mais demandadas, o **Superintendente** destacou a de economista, engenheiro e jornalista. Atualmente, são cinco engenheiros para fiscalizar as obras e seriam necessários pelo menos 30, segundo Mello.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma e o Amazonas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Depois de eleita, Dilma Rousseff veio uma única vez ao **Amazonas**, embora tenha recebido aqui sua maior votação no país, guardadas as proporções. Esteve na inauguração da ponte sobre o Rio Negro. Na ocasião, anunciou que estava trazendo uma surpresa para os amazonenses: a prorrogação da **Zona Franca de Manaus**, por mais 50 anos. E só, nada além, nem sequer uma palavra de agradecimento ao povo, que encheu a ponte, sob um sol abrasador, escaldante.

De lá pra cá, quando muito, a omissão. Ou, na prática, a atitude sinuosa e nenhum gesto mínimo de apoio frente às mais duras investidas contra a **Zona Franca de Manaus**, desde a questão dos 'tablets', objeto de Medida Provisória que agride o modelo amazonense.

Os ministros do governo Dilma, especialmente Fernando Pimentel, da Indústria e **Comércio**, e Aloizio Mercadante, ainda na pasta da Ciência e Tecnologia, não têm a menor sensibilidade a respeito das desigualdades regionais e não reconhecem a necessidade de promoção do **desenvolvimento** global da Nação. Possuem uma visão caolha e olham somente para o próprio umbigo mineiro-paulista. Privilegiam suas bases eleitorais e agem em atenção a exclusivos projetos pessoais, distantes da realidade do **Brasil** que amarga há séculos o abandono e o descaso do governo central. Pimentel, que esteve recentemente envolvido num cipal de irregularidades, mantido no cargo a qualquer preço por Dilma, amigo 'in pectore' da presidente, jamais se dignou a vir à região, prova evidente de seu desinteresse em relação aos problemas locais.

É evidente que prorrogar a vigência dos incentivos da **Zona Franca de Manaus** não basta, não significa absolutamente nada, enquanto os mesmos incentivos são estendidos a outras regiões, em condições até mais vantajosas. Temos problemas de infraestrutura e a distância dos grandes **mercados** consumidores dificulta ou impede a competitividade,

só viável por meio de isenções tributárias, que atraíam e compensem a implantação de projetos industriais na área. Foi assim que ampliamos o Polo Industrial de **Manaus** e chegamos aos patamares atuais de **produção** e comercialização dos produtos fabricados na longínqua **Amazônia**.

As agressões ao modelo são históricas. As leis 8.248/1991 (Lei de Informática), da Era Collor, 10.176/2001 (governo FHC), 10.664/03 e 11.077/2004 (governo Lula) instituíram e ampliaram incentivos fiscais concedidos às empresas de informática em todo o país, semelhantes aos outorgados às já existentes na **Zona Franca**. Representaram um duro golpe. A MP dos Tablets, de igual modo, retira grande parte do potencial de industrialização **regional** e acelera o processo de esvaziamento do parque industrial de **Manaus**, com todas as consequências e efeitos colaterais sobre a geração de emprego e renda no **Amazonas**.

Com uma representação de oito deputados federais e três senadores, no jogo político nacional não temos peso que possa contrabalançar a presença avassaladora do centro-sul. E o poder, tenha a origem política ou partidária que tiver, será sempre empolgado por representantes das regiões mais ricas do Brasil. Não conseguimos sequer unir as bancadas regionais do Norte ou da **Amazônia**, o que talvez pudesse dar algum respaldo aos diversos pleitos dos Estados da região.

Portanto, a esperança residia na pessoa da presidente ou na atuação individualizada de um ou outro representante com projeção e respeito nacional. Bem, Dilma continua em silêncio, e tantos outros, ausentes. Não deu, caímos no vazio. E agora?

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Temos de melhorar a comunicação na <u>Amazônia</u>'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

ENTREVISTA

Marco Antonio Raupp, novo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Novo titular da pasta aposta em projeto de novo satélite para levar internet banda larga a cientistas da região

Herton Escobar

Quando era presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uma das principais reivindicações de Marco Antonio Raupp era a necessidade de estimular o **desenvolvimento** científico e tecnológico da **Amazônia**, como base para o **desenvolvimento** social e econômico da região. Agora, como ministro da Ciência e Tecnologia, ele espera colocar em prática aquilo que propunha como militante da sociedade civil.

"Não vou abdicar daquelas ideias que sempre defendi", disse ao Estado o matemático de 73 anos, nativo de Cachoeira do Sul (RS), empossado como ministro na terça-feira.

A primeira necessidade, segundo ele, é melhorar a infraestrutura de telecomunicações da **Amazônia** - sem a qual se torna quase impossível organizar projetos de maior porte e fazer ciência de primeira linha. A oferta de internet banda larga na região é precária. Para preencher essa lacuna, Raupp aposta no lançamento, até 2014, do primeiro satélite brasileiro geoestacionário de comunicação.

"Lá não dá para chegar instalando linhas de comunicação de dados no meio da floresta; é muito difícil. Sempre disse que a estrutura de comunicação na **Amazônia** tem de ser feita via satélite", afirma Raupp, que em 2011 atuou como presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). "É um processo no qual vou me envolver totalmente."

Um dos temas que o senhor abordava muito como presidente da SBPC era o atraso da ciência na **Amazônia**. Isso ainda é um problema? E como o senhor pretende lidar com ele agora?

Ainda tem muita coisa a ser feita. Temos requerimentos de infraestrutura absolutamente necessários. Por exemplo,

temos de resolver o problema de comunicação. Nesse ano que passou, a AEB, com os **Ministérios** das Comunicações e da Defesa, encaminhou um projeto que acredito ser uma boa solução, que é termos um satélite geoestacionário apoiando o sistema de banda larga na região.

A ideia é contratar um serviço de satélite?

Contratar, não! Estamos construindo. O projeto já está sendo aprovado no governo. São dois satélites que queremos ter. Como nunca fizemos um satélite desse porte, a maioria das partes terá de ser contratada fora, mas temos de estabelecer um sistema de ofsets e transferência de tecnologia na negociação das peças para que isso seja transferido para o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), e empresas nacionais.

Desde o acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS) em Alcântara, em 2003, o programa espacial brasileiro ficou um tanto de molho. Qual deve ser a ambição do **Brasil** no espaço?

Permanecem as mesmas ideias, agora revigoradas, de que a gente precisa ter um programa espacial forte, totalmente desenvolvido no Brasil, incluindo base de lançamento, foguetes e satélites. Esse satélite geoestacionário é um exemplo de projeto que se encaixa nesse perfil. Vai ser criada uma empresa integradora, constituída pela Embraer e pela Telebrás, e o Inpe vai se envolver nas especificações técnicas e na transferência de tecnologia para empresas nacionais, que poderão ser fornecedoras de uma segunda geração de satélites. Queremos capacitar empresas brasileiras a trabalhar com essas tecnologias críticas. Não concordo com você que o programa espacial ficou na geladeira. Ele estava por um tempo, mas fizemos um grande esforço no ano passado para retomar esse programa, com novos objetivos, e temos conseguido isso.

Em que áreas da ciência o **Brasil** tem potencial para assumir um papel de liderança mundial?

Temos a diversidade biológica da **Amazônia**, uma riqueza impressionante que muitos países não têm. Essa é uma área na qual podemos ser líderes, se desenvolvermos um programa de estímulo à criação de empresas na **Amazônia**,

baseadas em biotecnologia, trabalhando em cima da biodiversidade nacional, para gerar produtos medicinais e cosméticos, por exemplo. Sempre, claro, explorando a natureza de forma sustentável, desenvolvendo tecnologia sem destruir o patrimônio. Temos de usar a biodiversidade com sabedoria, e é aí que a ciência se faz necessária.

QUEM É

MARCO A. RAUPP

MINISTRO

Físico e matemático, recentemente foi presidente da Agência Espacial Brasileira, em 2011, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre 2007 e 2011.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO "Motopeças" pede barreiras para <u>importação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo está em alerta contra as importações de instrumentos musicais e de "motopeças", as partes e peças para motocicletas. Empresários do formalizaram ontem ao Ministério do Desenvolvimento pedidos de licença não automática para as importações, de forma a garantir à indústria nacional igualdade de condições com os bens adquiridos do exterior. O Valor apurou que a área técnica do Ministério começa a estudar, hoje, as importações nos dois segmentos, para definir se os pedidos serão acatados ou não.

Ontem, o ministro Fernando Pimentel e a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, receberam empresários dos dois setores, acompanhados do deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que também é presidente da Força Sindical, e Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Pimentel solicitou à secretária que estudasse as importações dos dois setores.

Atualmente, existem no país cerca de 200 fabricantes de instrumentos musicais, segundo os empresários. A Argentina é o principal mercado consumidor da produção brasileira, mas as vendas para o país vizinho estão em queda. Na reunião com o ministro, os empresários criticaram o patamar da taxa de câmbio (que torna o importado mais barato e reduz a remuneração das exportações), mas apontaram as

"importações irregulares" como o principal foco dos problemas.

Pouco mais de 18 mil trabalhadores estão empregados na produção de instrumentos musicais e outros 25 mil nas fábricas de "motopeças". Entre 2010 e 2011, os dois setores demitiram, de acordo com os sindicalistas, 9.000 trabalhadores, devido ao fechamento de fábricas que não conseguem competir com o produto importado.

Os sindicalistas cobraram a inclusão do setor de partes e peças para motocicletas nas medidas de elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos com menos de 65% de conteúdo nacional, tomada em setembro do ano passado. "As importações estão varrendo a indústria nacional e o governo está fazendo vista grossa, porque o consumo ocorre sobre os importados", disse o presidente da Força Sindical.

Para Torres, "esse consumo pode não se sustentar para sempre, uma vez que a indústria segue cortando vagas, e assim, com menos renda e mais desemprego, a demanda vai ser menor e o governo vai aprender da pior forma", afirmou.



VEÍCULO
PORTAL DA **AMAZÔNIA**

EDITORIA

TÍTULO
Em 2011, Sudam aprovou isenção de R\$ 1,8 bilhão em IR no Amazonas

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Nesta sexta-feira, a **Superintendência** aprovou redução de 75% do Imposto de Renda de 22 empresas do Polo Industrial de **Manaus**.

MANAUS - A **Superintendência** de **Desenvolvimento** da **Amazônia** (Sudam) aprovou, durante todo o ano de 2011, R\$ 1,8 bilhão em isenção para o Imposto de Renda. A informação é do **Superintendente** da autarquia, Djalma Mello, que fechou parceria com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) para a formulação de uma Política de **Desenvolvimento** para a região.

Em todos os estados brasileiros, o valor de IR isentos chegou a R\$ 3,2 bilhões no ano passado. Os valores correspondem à redução de 75% do imposto, mais o reinvestimento que as empresas tem direito a utilizar de parte dos 25% a ser pago para a Receita. “Desses 25% que ficam para a União, as empresas podem tirar 30% do valor, desde

que façam investimentos em maquinários e modernização”, diz Mello.

Até o próximo mês, a Sudam e a **Suframa** deverão fechar a equipe que ficará responsável pelas ações de análise de projetos e na orientação da atividade econômica na região. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (27) pelo **Superintendente** da Sudam, Djalma Mello, durante o anúncio de aprovação da redução de 75% do Imposto de Renda (IR) de 22 empresas do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**).

A iniciativa conta ainda com a colaboração da Agência Brasileira de **Desenvolvimento** Industrial (ABDI), vinculada ao **Ministério** do **Desenvolvimento** da Indústria e **Comércio** Exterior (**MDIC**).

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO O governo foi o responsável pela expansão do crédito		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Estado de S.Paulo

A divulgação das estatísticas sobre as operações de crédito no ano passado mostra que as autoridades monetárias, apesar das suas intenções em contrário - muitas vezes declaradas -, não conseguiram conter a expansão do crédito, que, segundo elas, alimenta pressões inflacionárias.

As operações de crédito aumentaram 16,8% em 2011, crescimento igual ao do ano anterior. Em relação ao **PIB** (estimado), o crédito chega a representar 49,7%, ante 45,2%, o que se explica pela queda do produto. O Banco Central (BC) acusa o governo por essa expansão, pois as instituições financeiras públicas aumentaram seus créditos em 2,7 pontos percentuais (p.p.), em relação ao **PIB**, ante 1,4 p.p. no caso dos bancos privados nacionais e estrangeiros. Por outro lado, as operações com recursos livres cresceram 16,8%, ante 19,8% no caso das operações direcionadas, que dependem de subsídios do **Governo Federal**.

Se as operações dos bancos privados dependem do BC mais do que as dos bancos públicos, é forçoso admitir a maior responsabilidade do governo na expansão, embora, por meio de mudança do recolhimento compulsório dos depósitos, o instituto de emissão possa controlar a expansão de crédito dos bancos públicos. A única instituição que escapa do seu controle é o **BNDES**, cujos empréstimos em 2011 cresceram 20,9%, no caso das operações diretas.

O BC teve mais sucesso no controle da expansão do crédito às Pessoas Físicas (PFs), que aumentou 22,9% em

2010, caindo para 20,8% em 2011. Já para as Pessoas Jurídicas (PJs) os valores respectivos foram de 19% e de 17,1% - as empresas rejeitam créditos que lhes parecem caros demais.

As empresas passaram o ano reclamando da alta da taxa Selic e foram finalmente atendidas, mas sem grande efeito sobre a taxa de juros praticada nas instituições financeiras com recursos livres. Para as PJs, a taxa subiu de 27,8%, em dezembro de 2010, para 28,2%, em dezembro de 2011. No caso das PFs, foi de 40,6% para 43,8%, com um spread maior.

Os bancos, naturalmente, terão a justificativa habitual para isso: a inadimplência entre as duas datas cresceu de 3,5% para 3,9%, no caso das PJs; e de 5,7% para 7,3%, no das PFs. As instituições financeiras estão mais sensíveis às perspectivas de inflação e não parecem convencidas, como o Comitê de Política Monetária (Copom), de que ao longo do ano teremos uma redução progressiva do IPCA.

O BC teria grande interesse em levar em conta essa previsão na condução da sua política monetária - que parece querer abandonar a tranquilidade com que acompanhava a política fiscal.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Em Davos, um <u>Brasil</u> na contramão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Participação no Fórum Econômico deixa a desejar DAVOS - O Estado de S.Paulo

O Brasil firmou sua posição internacional: vai na contramão do mundo, como economia em crescimento, e já não tem tanta necessidade de vender seu modelo, disse o chanceler Antônio Patriota, ao explicar por que a presidente Dilma Rousseff rejeitou o convite para o Fórum Econômico Mundial.

Países vêm a Davos em busca de credibilidade, segundo o ministro. Pergunta: isso explica a presença do secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, e a ausência do ministro Guido Mantega? "Eu estou aqui e a secretária Hilary Clinton não está", respondeu o ministro. A conta não bate: o governo americano foi representado por dois funcionários de alto escalão. Além de Geithner, veio o principal negociador comercial dos Estados Unidos, Ron Kirk, responsável por uma das funções desempenhadas no Brasil pelo Itamaraty.

A China, segunda maior economia do mundo, mandou, como de costume, um batalhão de funcionários, empresários e professores e diretores de várias universidades. Na maior parte, são fluentes em inglês, ao contrário de vários ministros brasileiros.

A Televisão Central da China reuniu num programa de debates o executivo principal da Nasdaq, Robert Greifield, o presidente da Universidade Yale, Richard Levin, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, e o empresário John Zhao, diretor do fundo chinês de investimentos Hony Capital. O âncora do programa, Rui Chenggang, conduziu a discussão com leveza, muita competência em assuntos econômicos e um inglês de causar inveja aos melhores apresentadores americanos.

Outros países em busca de reconhecimento, como Cingapura, Indonésia, México e Japão, foram representados por chefes de governo, autoridades de alto escalão ou professores de universidades importantes e dirigentes de grandes instituições financeiras e de empresas donas de

marcas líderes no mercado internacional. A presença de executivos japoneses, americanos, chineses, russos e de várias outras nacionalidades é comum nas centenas de painéis e mesas de debates em Davos.

A participação de europeus ocidentais - políticos, empresários, acadêmicos - é sempre muito grande, mas esses, pelo critério do governo brasileiro, vêm a Davos porque estão em crise e precisando de ajuda. Isso deve explicar o comparecimento da chanceler Angela Merkel, do primeiro-ministro David Cameron e dos ministros de Economia e Finanças Wolfgang Schäuble e François Baroin, por exemplo, além de uma porção de outros.

Do lado empresarial, o Brasil foi representado por um grupo pequeno e mais ou menos constante de executivos - minúsculo, para a sexta economia do mundo - e por dirigentes da Petrobrás, frequentadores veteranos de Davos, e de entidades estatais, como a Apex. Uma das poucas novidades foi a presença do Bradesco. O Itaú é representado há muitos anos, assim como a Embraer e algumas companhias com interesse no mercado global.

Apesar de tudo, o chanceler brasileiro tem tido uma agenda animada, com muitos encontros bilaterais e participação em alguns painéis - um deles na companhia do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon. A pauta bilateral incluiu, entre outros compromissos, conversas com Peña Nieto, candidato à Presidência do México, e com o secretário do Desenvolvimento do Reino Unido, Andrew Mitchel. Hoje, deve participar de um almoço organizado pela Apex, a agência governamental de promoção de exportações e de investimentos. / R.K.